

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.868.567 - SP (2020/0071174-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : CELIA PEREIRA BARBOSA ZANON  
**RECORRENTE** : DULCELINO INACIO DA SILVA  
**RECORRENTE** : IVONE BERTUZZI DA SILVA  
**RECORRENTE** : LIA MARIA MILAN  
**RECORRENTE** : MARIA AUXILIADORA BORGES SANTARÉM  
**ADVOGADOS** : ANDRÉ ALMEIDA GARCIA - SP184018  
FABIANA BUZZINI ROBERTI GRANO - SP210187  
**RECORRENTE** : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
**PROCURADORE** : CAROLINA BIELLA - SP224134  
S  
RAFAEL DOS SANTOS MATTOS ALMEIDA - SP282886  
**RECORRIDO** : OS MESMOS

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 2 DO STJ. REGRA GERAL DA INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS DE MORA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL ATÉ O JULGAMENTO DO RESP 1.470.443/PR PARA OS FINS DO ART.1.040 DO CPC/2015.**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial manejado pelo MUNICÍPIO DE SÃO PAULO em caso que discute a incidência de Imposto de Renda sobre juros de mora.

É o relatório que basta na hipótese. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 2/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.”*

O tema central debatido nos autos trata da "regra geral de incidência do imposto de renda sobre juros de mora", tema que está submetido ao rito do art. 543-C, do CPC, nos autos do REsp nº 1.470.443, de minha relatoria, sob o número 878 da lista de recursos especiais repetitivos, o qual foi sobrestado pela Primeira Seção desta Corte, em caráter excepcional, em questão de ordem acolhida, por maioria, na assentada do dia 24/6/2015, para aguardar o julgamento do RE n. 855.091/RS cuja repercussão geral foi admitido pelo Supremo Tribunal Federal - STF.

A admissão de recurso especial como representativo da controvérsia impõe que os recursos interpostos (na Corte de origem), que tratem da mesma questão central, fiquem suspensos até o pronunciamento definitivo deste Tribunal. Posteriormente, tais recursos devem ser apreciados na forma prevista no art. 1.040 do CPC/2015. Por tais razões, o recurso não merece exame por este STJ.

Desse modo, DETERMINO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para sobrestamento do recurso especial a fim de

# *Superior Tribunal de Justiça*

que, após publicado o acórdão relativo ao recurso representativo da controvérsia: 1) tenha seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; (ou) 2) seja novamente examinado pelo Tribunal de origem, na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator